

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2022 NOVA RAMADA/RS

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

O poder executivo de Nova Ramada/RS, CNPJ 01.611.828/0001-49, situado na Avenida Gustavo König, nº 95, Centro de Nova Ramada-RS, CEP 98758-000, tem por objeto a prestação de serviços públicos de forma direta aos seus munícipes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2022 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, denominadas NBCASP (normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público) consubstanciadas pelas alterações introduzidas pela Resolução nº 1.111/2007 do CFC.

Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2022 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64, a escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, Manuais e Normas Brasileiras e os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Para a contabilização da execução do orçamento foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Geral do Município referente ao exercício é composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme modelos definidos no MCASP e complementado por estas notas explicativas.

1.2 Mudanças de Critérios Contábeis

Não houve mudanças de critérios contábeis efetuadas no exercício de 2022.

1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os valores lançados em Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se às seguintes informações:

VALOR	AJUSTE REFERENTE
Não ocorreram empenhos	Despesas de exercícios encerrados que não tenham se processado em época própria, conforme previsto no Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64;
R\$ 18.412,66 - D R\$ 710,00 - C	Ajuste de valores de inventário de estoque.
R\$ 964,20 - D	Ajuste de valores referente de cota de participação da Ceriluz.
R\$ 10.454,07 - D	Ajustes de dívida ativa de créditos tributários e não tributários
R\$ 245.105,64 - C	Ajustes de valores referente reversão de saldo de reconhecimento por competência referente a folha de pagamento.

1.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os resumos das principais práticas contábeis apresentam os critérios de mensuração e avaliação dos ativos e passivos do Município.

O regime contábil adotado na contabilização da execução orçamento é o misto, a fim de atender o disposto no Art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desta forma, as despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência a fim de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

1.4.1 Apuração dos resultados públicos:

Resultado patrimonial: As receitas e despesas de caráter patrimonial estão escrituradas pelo regime de competência.

Resultado orçamentário: As receitas e despesas de caráter orçamentário estão escrituradas pelo regime misto (caixa para a receita, competência para despesa).

2. DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS:

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das Demonstrações Contábeis, ressaltamos:

2.2. DO BALANÇO PATRIMONIAL

2.2.1. Ativo Circulante

2.2.1.1 Disponível:

2.2.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:

Os valores do caixa e equivalentes de caixa foram mensurados ou avaliados pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas em contas de variação patrimonial aumentativa.

2.2.1.1.2 Os créditos a receber:

Os direitos, os títulos de créditos foram mensurados ou avaliados pelo valor original.

Os direitos, os títulos de crédito foram ajustados a valor presente.

Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas foram ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados foram contabilizados em contas de resultado.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.

2.2.1.1.3 A Dívida Ativa

A Dívida Ativa no Ativo Circulante foi proporcionalmente ajustada ao curto prazo, segundo informações do setor de Tributos e Créditos, e para ajuste para perdas realizou-se o cálculo do seu percentual de possibilidade.

O ajuste para perdas da Dívida Ativa foi calculado tendo por referência a metodologia adotada do STN, para municípios com população inferior a 50.000 habitantes, baseando-se pela média do percentual de recebimento. O índice foi formado pela média dos percentuais do recebimento menos o estoque total de dívida ativa a receber.

A dívida ativa está inscrita pelo seu valor original, mais as atualizações incorridas de multas e juros.

2.2.1.1.4 Dos estoques

O município possuía controle permanente dos estoques por meio de planilhas excel, até dezembro/2022. A partir de então, esse controle passou a ser informatizado pelo software da GOVBR.

É realizado inventário dos estoques mensalmente para ajuste de eventuais divergências, pelos responsáveis de cada secretaria municipal.

A entrada dos bens no sistema ocorre pelo custo de aquisição e a baixa pelo custo médio ponderado, conforme determina a legislação, sendo as variações contabilizadas mensalmente no contábil.

2.3 Ativo Imobilizado:

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo seu valor justo. Em 2022 o município realizou um inventário geral.

A reavaliação de todos os bens do ativo imobilizado foi realizada no ano de 2020 e devidamente registrados em resultado, desta forma os valores contabilmente registrados representam, adequadamente, o valor justo de cada bem na data de encerramento do Balanço.

O município realizou o cálculo da depreciação dos bens mensalmente, pelo método das cotas constantes de depreciação.

O inventário geral foi realizado com base no Decreto Municipal 4.464/2022 e pela comissão inventariante nomeada por Portaria nº 309/2022. Portanto, os bens do ativo imobilizado estão atualizados no balanço municipal.

2.4 VPDs pagas antecipadamente:

Possui um saldo de R\$ 30.069,90 que se refere às apólices de seguro pagas, com vigência até agosto de 2023, referente a 23 empenhos de despesa realizados, tendo um controle mensal.

2.5 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:

Os ativos realizáveis com prazo inferior a 365 dias da data de balanço estão registrados no Circulante e os superiores, no Ativo Não Circulante.

2.6 Ativo Investimentos:

O município possui participação no consórcio CISA, e também possui participação de 1,63% do Capital Social total da CERILUZ.

A conta investimentos no consórcio CISA é avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Como o município não recebeu as demonstrações contábeis de 2022 encerradas em tempo hábil para os devidos registros contábeis de ajuste do exercício de 2022, os respectivos lançamentos serão realizados em janeiro ou fevereiro de 2023, conforme forem recebidas as demonstrações das investidas.

2.7 Ativo Intangível:

A entidade não possui nenhum ativo intangível.

2.8 Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos:

Não houve necessidade de ajuste a valor presente dos elementos integrantes do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de longo e curto prazo, uma vez que seus efeitos não foram relevantes. Com isso, evidencia-se que os valores contábeis registrados representam substancialmente os valores justos na data do Balanço.

2.9 Ativos e Passivos Contingentes:

A entidade não possui eventos contingentes, seja de ordem ativa ou de ordem passiva.

2.10 Fornecedores:

São os restos a pagar do exercício e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos incorridos.

2.11 Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes:

Os passivos exigíveis com prazo inferior a 365 dias da data do balanço estão registrados no circulante e os prazos superiores, no passivo não circulante.

2.12 Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo - Provisões De Pessoal

As provisões servem de base para contabilizar a variação patrimonial referente às obrigações salariais. A contabilização é feita baseada no princípio da competência, registra todas as despesas no momento em que elas acontecem, ou seja, quando incorridas. Cada mês transcorrido representa 1/12 (um doze avos) de obrigação para o Município e conseqüentemente 1/12 (um doze avos) de direito para o funcionário.

Foram realizadas as provisões de férias e 13º salário, mensalmente.

Ainda não foi possível realizar este registro para a licença prêmio, pois a empresa que fornece o software da folha de pagamentos não forneceu os relatórios necessários para se efetuar tal registro. A contadoria municipal já solicitou à empresa.

2.13 Financiamentos a pagar de curto e Longo Prazo

O município possui duas operações de crédito, classificadas a curto e a longo prazo:

Financiamento junto à Caixa Econômica Federal – FINISA (ainda em prazo de carência quanto aos pagamentos até dia 17/06/2024), sendo destes liberados em 2022 o valor de R\$ 250.000,00, restando liberar R\$ 3.200.000,00.

Financiamento junto ao BRDE, onde foram liberados R\$ 1.841.663,00, sendo pagas até dezembro de 2022 nove parcelas, restando ainda oitenta e sete parcelas, findando em 15/03/2030.

Do saldo total da dívida, foram divididas as parcelas vincendas no curto prazo e registradas no Passivo Circulante. O saldo restante, ficou registrado no Passivo Não Circulante.

3. DO BALANÇO FINANCEIRO

3.1 Houve a inscrição de restos processados no valor de R\$ 187.828,53.

3.2 E em relação aos restos a pagar não processados, foram inscritos no valor de R\$ 2.970.910,41, sendo destes R\$ 2.800,00 referente ao exercício de 2021.

3.3 - Receita e Despesa Orçamentárias: São apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias, e as receitas são líquidas das deduções. A classificação Ordinária, refere-se aos ingressos e dispêndios de recursos livres e, na classificação Vinculada, seguem as seguintes destinações:

a)Recursos de Operações de Crédito: refere-se ao valor arrecadado do financiamento junto à Caixa Econômica – FINISA, no valor de R\$ 250.000,00, tendo de rendimentos R\$ 257,13 e referente aos rendimentos do financiamento junto ao BRDE- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no valor de R\$ 347,02, bem como também à despesa empenhada por conta desses recursos.

b)Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional e legal, devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação básica;

c)Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde;

d)Recursos Destinados à Assistência Social: os valores informados referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos artigos 194, 203 e 204 da Constituição da República e demais leis que regulam o SUAS; e

e) Outras Destinações de Recursos: os valores informados nessa linha se referem às receitas e despesas orçamentárias das demais fontes de recursos e que não se aplicam à Operações de Crédito, Educação, Saúde e Assistência Social.

3.4 - Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas: Os valores constantes em Transferências Financeiras Concedidas representam os recursos destinados ao Legislativo, enquanto as Transferências Financeiras Recebidas representam a devolução de recursos do Legislativo Municipal.

3.5 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal 4.320/64, referem-se às operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados.

Portanto, na análise dessa demonstração deve ser considerado como relevante:

1. As conciliações bancárias estão sendo realizadas tempestivamente. Não há nenhum ajuste importante e relevante que foi realizado que causa um grande impacto no saldo financeiro do ano.
2. Todas as retenções extra orçamentárias são registradas em contas específicas, no Passivo do Município.
3. O resultado financeiro do executivo municipal está em R\$ 2.939.668,58.

3.6 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período contábil, não houve a necessidade de alterações ou ajustes contábeis no exercício encerrado, em nenhum dos dois poderes.

3.7 Despesas do exercício de 2021, sem cobertura orçamentária, que foram empenhados em 2022.

Não houve empenhos em despesas de exercícios anteriores no Executivo.

4. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

4.1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem dados consolidados do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações, imposições do MCASP, NBCASP e PCASP determinado pelo Tribunal de Contas do Estado.

4.2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal n.º 4.320/64.

4.3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias.

4.4 – Créditos Adicionais Reabertos: não houveram, de acordo com o disposto no art. 167, .§ 2º, da Constituição da República, em 2022, a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses desse ano.

4.5 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil do ano, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei n.º 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa n.º 19/2016, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar n.º 101/2000.

5. DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

5.1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar os pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

No total, o saldo de caixa municipal aumentou R\$ 2.939.668,58, conforme a DFC.

5.2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: Os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, juros e encargos da dívida, as transferências concedidas e outros desembolsos operacionais.

Nesse contexto, neste exercício, verificou-se um fluxo de caixa positivo de R\$ 6.651.480,28

5.3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas com aquisição de ativos não circulantes (obras, instalações, equipamentos, material permanente e títulos representativos de capital e/ou constituição ou aumento de capital em empresas).

Neste exercício, os ingressos e desembolsos das atividades de investimento geraram um fluxo negativo de R\$ (3.789.155,79).

5.4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: Compreende as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. O valor apresentado nessa rubrica refere-se ao valor de ingresso do financiamento realizado junto à Caixa Econômica Federal, modalidade FINISA, Nota 14 do Balanço Patrimonial.

O resultado desse fluxo foi positivo de R\$ 77.344,09

6. DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

6.1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Neste exercício não houve fato relevante como reavaliação de bens do ativo imobilizado;

Também não houve desincorporação de passivos com valores relevantes.

Município não recebeu nenhum bem em doação de forma relevante que merecesse destaque.

Houve ganhos com incorporação do ativo de R\$ 14.675,29 e houve ganhos com desincorporação do Passivo de R\$ 200.000,00.

6.2 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: Nenhum item do ativo sofreu perda relevante de valor no exercício.

No passivo também não houve incorporação de nenhum valor relevante.

No Ativo também não houve incorporação de nenhum valor relevante.

Houve desincorporação de ativos no valor de R\$ 381.120,14, referentes a

7 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

7.1. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RAMADA

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Endereço: Avenida Gustavo König, nº 95.

Tel. (55) 99975-7098

ALESSANDRA KRAMER BUTZEN
CONTADORA
CRC 102535-O 4